

A Literatura Clássica ou Os Clássicos na Literatura

PRESENÇAS CLÁSSICAS
NAS LITERATURAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA

COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA

Cristina Pimentel
Paula Morão

EDIÇÃO

Ricardo Nobre
Rui Carlos Fonseca
Joana Veiga

VOLUME VI



Edições Colibri

A LITERATURA CLÁSSICA
OU
OS CLÁSSICOS NA LITERATURA
VOLUME VI

Presenças Clássicas
nas Literaturas de Língua Portuguesa

Coordenação Científica
Cristina Pimentel e Paula Morão

Edição
Ricardo Nobre
Rui Carlos Fonseca
Joana Veiga


Edições Colibri

 centro de estudos
CLASSICOS

A LITERATURA CLÁSSICA OU OS CLÁSSICOS NA LITERATURA
PRESENÇAS CLÁSSICAS NAS LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA – VI

Coordenação Científica: Cristina Pimentel e Paula Morão

© Centro de Estudos Clássicos (FLUL) e autores

Edição: Edições Colibri / CEC

Capa: Raquel Gil Ferreira

DOI: <https://doi.org/10.51427/10451/60073>

ISBN 978-989-566-307-1

Depósito legal n.º 516 967/23

Lisboa, Novembro de 2023

Todos os textos recolhidos neste volume foram submetidos a arbitragem científica.

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através da FCT– Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UIDB/00019/2020

“Todos os caminhos levam a Roma”: a presença da Antiguidade Clássica em *A Casa Grande de Romarigães*, de Aquilino Ribeiro

MARIA JOSÉ FERREIRA LOPES*

Caminhos de Roma e do Humano

No decurso da saga familiar e histórica que é *A Casa Grande de Romarigães*¹, considerada por muitos a obra-prima da longa e variada produção de Aquilino Ribeiro (1885-1963), são duas as vezes

* Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos | mjlopes@ucp.pt. Estudo realizado no âmbito do Projecto de Investigação UIDB/00683/2020 (Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos – CEFH), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ *A Casa Grande de Romarigães*, a partir daqui referenciada como *CGR* (será utilizada a edição Aquilino Ribeiro, *A Casa Grande de Romarigães*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1983), é fruto dos últimos anos do escritor, datando a primeira edição de 1957. A obra acompanha a mítica criação da edénica floresta, a fundação do morgadio em finais do século XVI e subsequente construção da Casa Grande e sua Capela de Nossa Senhora do Amparo, e as vicissitudes dos proprietários que a habitaram, até a perderem na última década do século XIX (1891). A elevada posição social da família Cunha de Antas Azevedo Meneses e Montenegro – junção de apelidos reveladora de sucessivas alianças matrimoniais, nem sempre amistosas – colocou-a no meio de eventos muito traumáticos da história de Portugal, e do norte do país em particular, nomeadamente a Guerra da Independência, as Invasões Francesas e as Guerras Liberais. Em

em que aparece a conhecida expressão “todos os caminhos levam (vão dar) a Roma”, com origem na vasta rede viária construída ao longo da existência do Império Romano.

O contexto de uma das ocorrências (CGR: 156) aponta para a habitual sinédoque, através da qual Roma representa um ponto de chegada, concreto ou não, acessível de múltiplas formas. Com efeito, quando o narrador, no seu vívido discurso indirecto livre, reporta o “todos os caminhos iam dar a Roma” proferido por algum dos dignitários minhotos reunidos em Ponte de Lima², está a sublinhar a diversidade de rotas disponíveis para irem a Lisboa, capital do Império Português, onde se encontrava o pretendente ao trono D. Miguel de Bragança.

No outro caso, o ponto de chegada referenciado é mesmo a Cidade Eterna, mas com implicações significativas que vão além da geografia: “Assim ou assado, todos os caminhos levam a Roma” (CGR: 97), comentário proferido por Leonel Bacelar, morgado de Lisouros, sobre uma celebração católica com rituais orgiásticos³,

CGR, o universo romanescos e a realidade interagem de forma peculiar, sublinhada pelo próprio Aquilino na sua nota introdutória: por um lado, a família é de carne e osso, com registos lavrados em genealogias e outros documentos; por outro, a muito delapidada e diminuída propriedade, situada em Paredes de Coura, veio parar às mãos do autor, por um acaso da fortuna. Ao explorar o solar e a Capela de Nossa Senhora do Amparo, com o propósito de restaurar os danos do tempo e do desleixo, Aquilino encontrou, num armário-nicho ainda hoje observável, registos devotados e seculares que o motivaram a assumir a tarefa de “cronista”, apesar de, nas suas palavras, os Cunha de Antas Azevedo Meneses e Montenegro serem apenas uns “fidalgos como tantos mais” do velho Minho (CGR: 211).

² Em abril de 1828, Luís de Azevedo, o então morgado da Casa Grande e representante “do povo da velha terra de Coura” (CGR: 151), deslocou-se a Ponte de Lima para se juntar à comitiva que pretendia assistir à aclamação de D. Miguel. Com ele iam outras figuras gradas da nobreza e administração regionais, “igualmente defensores acérrimos do rei absoluto”. O “itinerário que levariam para Lisboa” era uma questão grave, devido à elevada probabilidade dum recontro com milícias liberais muito violentas, como de facto veio a suceder. É possível que o uso de “iam dar” resulte do intuito de evitar a repetição do verbo “levar” (CGR: 156).

³ A romaria – outra palavra ligada à Cidade Eterna – tem lugar em São Pedro D’Arcos, Ponte de Lima, à volta do ano de 1750. O morgado de Lisouros é um conhecido pretendente de Joana Angélica – poetisa reputada na altura e esposa

que aponta para o duplo estatuto da velha *Vrbs* como alicerce da cultura ocidental: o de capital pagã e mais tarde cristã. Muito do sentido esconde-se no coloquial “Assim ou assado”, sugerindo uma continuidade marcada por ambiguidades e conflitos, que assume particular importância no pensamento de Aquilino. Como destacou Eduardo Lourenço (1987: 60), Paganismo e Cristianismo, como fenómenos culturais e históricos e representações do humano, são fundamentais no “debate entre sensualidade e espiritualidade”, que constitui o “centro da sua visão do mundo”.

É por isso relevante que o indiscreto Lisouros, depois de contar em tom “chistoso” a história de Santa Justa⁴ – virgem martirizada por se recusar a adorar Vénus, transformada pela religiosidade popular em casamenteira e indutora da fertilidade –, assinala a convergência profunda das duas tradições míticas:

Passou-se essa pouca-vergonha em Sevilha, primo – tornou o morgado – terra cálida e propícia ao amor, não se sabe a que alturas do séc. III, o século, aqui para nós, perdoe o P.^e Leborinho, das grandes galgas em nome de Deus. Mas que careta está a fazer, meu reverendo!? Ouvi-o a um lente de Salamanca, um grande mestraço! Até tomava simonte! E ouvi-lhe mais: *Isto de mitos só no que se não parecem uns com os outros é na roupagem.* (CGR: 95, *itálicos meus*)

O pitoresco episódio construído por Aquilino⁵ mostra como, através da ficção, dois lados aparentemente inconciliáveis do humano – sensualidade e espiritualidade ou, em termos mitológicos,

do morgado da Casa Grande de Romarigães, Fernando de Mendonça –, que, bizarramente, seguiu o casal à festa de Santa Justa e Rufina, onde eles, aconselhados pela “benta de Padornelo”, pretendiam cumprir um milenar ritual de fertilidade para conseguirem ser pais. Aquilino apresenta o casamento dos senhores da Casa Grande como maldito, pois Joana Angélica era a noiva do morgado Plácido, assassinado pelo seu próprio irmão, que depois a tomou por esposa. Trata-se, segundo parece, de uma das situações em que Aquilino alterou substancialmente os registos biográficos.

⁴ Santa Rufina, sua irmã, acabou num segundo plano, também comentado por Leonel Bacelar.

⁵ Como é habitual, Aquilino compraz-se em descrever quer o comportamento humano, quer da natureza, com relevo para a vegetação e os animais. Veja-se,

como Eduardo Lourenço figurou, Eros e Cristo – podem convergir numa síntese feliz, ainda que momentânea. Tal conciliação é simbolicamente consubstanciada no latim, língua partilhada por ambas as Romas, através da ladainha arcaica – talvez ainda do tempo do império (CGR: 97) –, de laivos eróticos, recitada pelo sacerdote oficiante no decurso das habituais procissões⁶.

Sob a ironia iconoclasta de um Leonel Bacelar, Aquilino “ficou sempre um ‘homem de Igreja’” e um pagão, que se revia em, e aproveitava literariamente,

a *verdade* de uma mitologia, simultaneamente cristã e pagã, vinda do fundo dos séculos, mitologia viva e consoladora, inscrita em cada canto da paisagem, em cada gesto, em cada rito atinente à vida e à morte desse mundo limitado, fruste mas como que preservado, no seu arcaísmo, da inautenticidade e do artifício do mundo civilizado. (Lourenço 1987: 65)

Os afetos e a interação do Homem com as normas sociais e com a Natureza são temas essenciais em *A Casa Grande de Romarigães*. A este propósito, Maria Alzira Seixo (1985: 26) destaca o olhar aquiliniano de “quase embebecimento pela força do carácter humano, quer nos seus empreendimentos positivos, quer nos negativos, e pela capacidade da sua articulação, com a terra, sua pujança criadora e seu exaltante poder”.

O relato de *A Casa Grande de Romarigães* inicia-se em tom mítico através da cosmogonia da frondosa mata, desencadeada num

por exemplo, a poética e cómica descrição das cavalgadas, “filosóficas” e saudosas dos donos, e dos “petulantes” galináceos, oferecidos às dezenas no pequeno templo (CGR: 92-93, 98).

⁶ A atitude da Igreja parece condescendente: várias “procissões do arciprestado davam as voltas do ritual” (CGR: 94), nas quais, além da ladainha – objeto de análise mais adiante –, os andores floridos eram acompanhados de “endiabradas danças à rei David” (CGR: 96) e de homens que jogavam com bordões ferrosos “soltando urros do tempo das cavernas”. O P.^o Hipácio Leborinho, capelão da Casa Grande, que acompanhava os morgados, “depois duma grande pausa, que manifestamente ocupou a consultar os botões teológicos da garnacha”, acaba por concordar com o morgado de Lisouros: “E porque não há-de ser uma sobrevivência do culto pagão?” (CGR: 97).

tempo indefinido – o tempo da fábula – pelo vento, dispersador de sementes de árvores perenes, como o pinheiro e o carvalho, em colaboração com os “humanizados” gaio e coelho, os arroios cristalinos e um sol “de todo genésico” (CGR: 16).

A natureza precede os frágeis e destrutivos humanos – e sobrevive-lhes –, mas a intervenção efêmera deles pode ser frutífera, quando aproveita a fertilidade da terra. É por isso que, mais do que com qualquer outra personagem, o olhar complacente de Aquilino envolve o enérgico e épico⁷ fundador da linhagem – Gonçalo da Cunha, sacerdote e agricultor sensível ao chamamento da terra e da mulher, magnânimo com os semelhantes e tocado pela imagem de Nossa Senhora do Amparo. É ele o “senhor”, “meio fidalgo, meio patriarca, à moda do tempo”, que “faltava” (CGR: 13) à natureza para completar a criação deste éden na região de Coura; é o Adão algo sacrílego, porque infiel aos votos de castidade, mas fiel à sua essência de homem, que realiza a gênese da família através de Maria Roriga, uma Eva rústica e visceral, e do filho de ambos, o prudente e bravo Domingos da Cunha. Outro expoente da acção humana, mas na sua faceta destrutiva e amoral, é Telmo de Montenegro, penúltimo senhor da Casa Grande, que fascina Aquilino com o temperamento caprichoso, a luxúria insaciável e o “romance silencioso e profundo como as águas dos grandes rios” (CGR: 7) vivido com a sua cunhada Dionísia⁸.

A misteriosa estátua da Senhora do Amparo, que sempre esteve no meio daquela natureza esplendorosa, assume-se também como figura arquetípica e aconchegante⁹, cuja simbologia se perde nas brumas míticas da experiência humana. Será o neto de Gonçalo, Luís de Antas, a substituir a capelinha do avô por uma extraordinária igreja¹⁰, como ex-voto da sua quase fatal travessia

⁷ Num comentário meta-narrativo e irónico, Aquilino chega a caracterizar essa fase como epopeica: “como nos tempos epopeicos da Casa Grande” (CGR: 259).

⁸ A análise psicológica da paixão é um dos tópicos constantes de Aquilino ao longo de toda a sua produção ficcional (Martins 2006).

⁹ “Mas na sua rudeza aldeã [...] divisava as pessoas com um olhar claro que, penetrando as almas, parecia inspirar-lhes obras certas e fortaleza” (CGR: 16).

¹⁰ A arquitetura e os adornos refletem diversas tradições religiosas e plásticas,

do rio Minho, em fuga com a amada Joana de Azevedo. É ele que associa definitivamente o tratamento da Senhora e o destino da capela ao da família, parecendo que quem é insensível ao seu encanto puro é deficitário na humanidade¹¹.

À ambivalência mítica da Senhora associa-se um outro ícone, claramente pagão, presente na génese e na queda do domínio dos Cunha de Antas na Casa Grande: a “carranca de Medusa”, por cuja “bocarra”, “gorgolejava [...] abundante e fresca água” (CGR: 26), elemento central da fonte construída por Gonçalo da Cunha e desmontada na mesma altura que a ligação à capela:

António Telmo pensava na sua hoste de caceteiros, no seu seralho, no *dog-cart* com que embasbacava a fidalguia bisonha e forra-gaitas, não em Nossa Senhora. A conselho dum feitor, suprimiu a galeria que da casa levava ao coro da capela [...]. O que sucedeu com a capela sucedeu com a fonte. Fora preciso argamassar as juntas da mãe-d’água. Deslocou-se a pedra do tampadoiro, uma bela e prolixa Górgona. Anos depois ainda andava por lá aos tombos, e os pastores britavam em cima ave-lãs e pinhões. (CGR: 281)

Depois disto, assoberbado pelas dívidas, o último dos Cunha de Antas Azevedo Meneses e Montenegro saiu da propriedade¹².

em linha com a personalidade criativa e sonhadora do arquiteto galego, depois de se inspirar na paisagem e “cismar com os montes e sombra que projectam na vida interior dos homens” (CGR: 60-61).

¹¹ Luís de Antas estabeleceu essa ligação em finais da Guerra da Independência, ao dizer à sua esposa Joana de Azevedo: “Nossa Senhora do Amparo anda, como já avaliaste, associada às vicissitudes da família, na qualidade de padroeira e madrinha. No dia em que cair o telhado em cima dela, acabou-se a raça dos Cunha de Antas.” (CGR: 48). O estado da estátua da Senhora do Amparo é o sintoma último do destino da família. Tendo resistido a roubos, invasões e até paixões “indecorosas”, só com o último e desrespeitador por excelência dos Telmos é que a “herpes” da decadência a atinge.

¹² Telmo, expulso pelo filho na sequência da morte da mulher, fora viver com a amante mais persistente, que ele enriquecera delapidando o património; o filho, António Telmo, último morgado, foi também para junto duma amante, assim concretizando uma “nova simetria na estirpe” (CGR: 284). A queda do

A dissolução material dos laços com a essência da Casa Grande resulta da transformação dos morgados numa espécie de “cadáver adiado”, concentrado nos impulsos mais básicos e nas aparências. Anos depois, Hilário Barreiras, o *alter ego* ficcional de Aquilino e restaurador da “fazenda de leite e mel”, apesar do seu niilismo parisiense, sucumbe ao fascínio de Nossa Senhora, dessa “doce imagem de faces bochechudinhas, minha amiga do coração” (CGR: 288).

Manifestações da herança clássica como recurso fundamental

Em coerência com o pensamento de Aquilino, o recurso à herança clássica ocorre logo no prólogo da obra, onde o autor apresenta uma poderosa alusão mitológica para ilustrar simbolicamente o seu papel de mediador e mensageiro das velhas fontes até à contemporaneidade¹³. O escritor assinala: com a exceção das “últimas e extravagantes páginas do livro”, situadas já no século XX, “Sacudi o bolor do tempo e reatei o fio de *Ariadna*, interrompido aqui e além” (CGR: 8, *itálicos meus*). Esta alusão, que afirma a intenção de inserir o mundo diegético no *continuum* da herança clássica¹⁴, evoca também a dimensão labiríntica da própria escrita¹⁵ e a

telhado parece ter ocorrido já depois da venda da propriedade em hasta pública, no meio da disputa entre os netos de Miguel Dantas e pouco antes da chegada de Hilário Barreiras (CGR: 285). Vingativo, António Telmo tentou destruir ainda mais a propriedade, incitando a que, os que o desejassem, fossem cortar árvores e derrubar os muros.

- ¹³ A sua atitude algo irónica traz à memória a conhecida prática camiliana, patente, por exemplo, em *A Brasileira de Prazins* (Seixo 1999: 111).
- ¹⁴ O mito do labirinto não é a única marca clássica do prólogo, ocorrendo ainda alusões como “nada ganhavam em prestar um falso testemunho quando os não requeriam no *pretório*”, e cultismos típicos do variado e muito rico vocabulário de Aquilino, como “desta comarca *frumentosa*” e “seu *acerbo* pecado” (*itálicos meus*).
- ¹⁵ Aquilino parece explorar o *topos* da narrativa como urdidura, inclusivamente no âmbito da frase e da caligrafia: “O relato do reverendo Mendrugo estendia-se por altas e compactas laudas, [...] numa letra encadeada, dentro de cujos arabescos cabiam períodos inteiros de Lima Bezerra, que discorreu por esta corda, e costumava fazê-los extensos como léguas” (CGR: 6). No entanto, embora em tom cómico, Aquilino logo matiza o seu recurso ao mito grego: ao

enredada genealogia característica das dinastias minhotas, que Aquilino aproveita como recurso cómico¹⁶.

Apesar dos protestos de fidelidade aos documentos, Aquilino não abdicou da sua liberdade criativa e escolheu um itinerário com meandros originais. É assim que o escritor divide implicitamente por três sequências narrativas¹⁷ (Seixo 1999: 112 ss.), com epílogos

contrário do percurso de Teseu, o relato da Casa Grande é retilíneo no seu acompanhamento do passado, e a crónica dele resultante não pode ser designada como romance, género depreciado como “enredos e labirintos”. Foram os episódios a oferecer-se-lhe, como na História, e não ele a escolhê-los, como no Romance.

¹⁶ As referências às complicadas genealogias destes clãs “[cheios] de suevo até à medula” (CGR: 211) são frequentes. Alguns episódios destacam-se, nomeadamente o cortante diálogo entre Florêncio da Cunha Beça (inigualável “a destorcer o armorial intrincadíssimo da nobreza de Entre Douro e Minho”, enviado como representante da Casa Grande) e Simão de Vilas Boas e Azevedo, senhor da Portela das Cabras (de “ávida dentuça” e detentor de uma “imaginária ponte levadiça”), para evitar um conflito na sequência da fuga e casamento de Luís de Antas com Joana Azevedo (CGR: 50-52). Outro episódio, bem mais amistoso, envolve Luís de Azevedo, que exhibe o seu conhecimento genealógico para se insinuar à nada *snob* Silvana Sousa de Meneses, partindo primeiro de um “Somos ainda primos” (afinal em quarto grau), que termina com “encontramo-nos em D. Segismunda da Silva Silveira de Sousa, dona do Castelo de Bouro e Honra de Sabariz, que era tia dele e vinha a ser sua excelentíssima bisavó”; e depois com a ainda mais hilariante genealogia do “parente ... afastado” Ermígio Alacastrense, que partilhava com Luís de Azevedo um antepassado que combatera na batalha de Mazagão (CGR: 115-116 e 118).

¹⁷ As sequências, em que a vida privada interage com os acontecimentos históricos, apresentam primeiro (capítulos I e II) Gonçalo da Cunha a fundar a quinta, a Casa e uma modesta capela, e a família (através de Maria Roriga, a primeira grande paixão telúrica). Com ele, Homem e Natureza encontram-se em harmonia. Na segunda sequência (capítulos III-IX), sucedem-se o governo construtivo de Domingos da Cunha e as vicissitudes do filho Luís, o construtor da monumental capela (a Guerra da Restauração como fator destrutivo e uma segunda grande paixão fraturante, pela oposição violenta da família da esposa, Joana de Azevedo), cujos problemáticos descendentes levam à quebra da linha familiar pelo crime (assassinato do depressivo e epilético Plácido pelo próprio irmão Fernando, que acaba por se suicidar, assombrado pelo fantasma dele). Na terceira sequência (capítulos X-XXI), o boémio Luís de Azevedo, pertencente a um ramo colateral da família,

cada vez mais fraturantes, a progressão da interação da família com a Casa Grande e os eventos históricos, selecionando figuras, alterando factos e até omitindo gerações, o que causou a contestação dos descendentes da família¹⁸.

Uma breve análise dessas sequências permite também verificar a gradual desaceleração do ritmo da narrativa, em prol não apenas da constante exaltação lírica do esplêndido e sagrado mundo natural, onde sobressaem as árvores e as aves (Rodrigues 2009), mas também da ação humana, com foco em algumas personagens e

restaura a Casa, aguenta roubos, a Invasão Francesa e a perda da esposa, D. Silvana, e do primogénito, mas morre no contexto das Guerras Civis; ligara-se à estirpe espanhola dos Montenegros (D. Telmo, restaurador “estrangeiro”, que mitifica a memória da família através dos retratos e se mostra demasiado tolerante com o neto), e seu filho Telmo arruína a Casa com o seu adultério (a terceira paixão fraturante, com a cunhada); o estroina e inculto filho deste último, António Telmo, completa a destruição sem rebuços, atingindo pela primeira vez a Senhora do Amparo. O interregno de Miguel Dantas e seus nefastos herdeiros não merece capítulo próprio, até o restaurador sexagenário Hilário Barreiras intervir no final do último capítulo. Aquilino mostra-se atento aos paralelismos no comportamento das personagens, pois repercutem heranças centenárias, tanto de virtudes como de defeitos. É assim que, a propósito dos últimos e calamitosos morgados, assinala: “Mais uma simetria nas rebentações aberrativas da árvore genealógica” e “Nova simetria na estirpe” (CGR: 282 e 284).

¹⁸ Pouco depois da publicação da obra, Ruy de Menezes de Castro Feijó endereçou, através do jornal *Aurora do Lima*, uma carta aberta ao romancista, verberando imprecisões que poderiam ser muito interessantes “como romance”, mas deixavam “muito a desejar como crónica”. Ruy Feijó nega, entre outros “factos” ficcionais, que Fernando de Mendonça tivesse assassinado o seu irmão Plácido (que não teria sido melancólico como aparece em *CGR*); que Fernando e Joana Angélica não tivessem descendência; que Telmo fosse bastardo, abandonado e criado por cerieiros. Aquilino respondeu (a 26/12/1957, na revista *Mundo*), mostrando-se surpreso pela existência de descendentes de António Telmo da Cunha Antas Meneses e Montenegro, remetendo para os documentos e testemunhos que recolhera. Curiosamente, as alusões clássicas também pululam neste texto, nomeadamente criticando a interpretação da Casa Grande, por parte de gente não familiarizada com a tradição nortenha, como “o palácio de Tebas das sete portas”; e assinalando que o pródigo António Telmo dissiparia até “a riqueza dum Cresus”. Ambos os textos foram consultados na tese de Maria Ribeiro Machado Pedroso de Lima (2016: 115-123).

episódios, entre o épico, o trágico e o cómico, em que o autor dá asas à sua arte e saber¹⁹.

Assim, a progressão das gerações da família fundadora do morgadio de Nossa Senhora do Amparo é o verdadeiro fio condutor na viagem pelo tempo, numa representação exemplar e até algo pessimista (Seixo 1999: 122) da condição efémera do humano no eterno devir da natureza, exemplificativa de que “os homens são o somatório dos vícios e virtudes dos seus antepassados” (CGR: 282). Quando, já no final do último capítulo, o filosófico Hilário Barreiras liberta a Senhora do herpes do desleixo e faz reviver a fértil propriedade, está de facto a religar o “fio de Ariadna” ao tempo fabuloso da mata primigénia, mas reconhecendo a sua condição efémera de humano²⁰.

A narrativa d’*A Casa Grande de Romarigães* espraia-se por um arco temporal de quatro séculos marcados pela importância da herança clássica, acompanhando as tendências estéticas dominantes, simbolizadas pela Górgona e pelo espigueiro que parece um templo grego (CGR: 28). Evidencia-se também o papel essencial do latim na Igreja Católica, enquadrado na presença constante de sacerdotes e em particular na recorrência da conservadora e beata “*Bracara Augusta*”, a “Roma lusa”, como cenário de alguns dos episódios mais notáveis do romance. Tratando-se, como é o caso, de um romance histórico, pode dizer-se que o recurso ao património greco-latino é também um elemento pertinente para a construção da chamada “cor local”.

Os usos alusivos, exemplificados a propósito do prólogo, são muito abundantes e variados nos vinte e um capítulos do romance, mas constituem apenas uma das várias tipologias de recursos ligados à herança clássica que Aquilino utiliza, com diversos níveis de

¹⁹ Eduardo Lourenço (1987: 64-65) sublinhou o saber de Aquilino: “O ex-seminarista serve-se com abundância e verve das iguarias que o conhecimento dos textos e a frequência do serralho eclesiástico lhe propiciam”, sendo igualmente “Mais sabedor do que o comum dos nossos escritores em teologia, em filosofia ou sociologia”.

²⁰ Aquilino conclui *A Casa Grande de Romarigães* com esta questão, assumida por Hilário Barreiras: “Que chova, que faça um sol radioso, com o mundo vegetal pletórico de seiva ou mais aganado, à triste planta humana é que nada a afasta da sua carreira para morrer. Será ele a obra-prima da Criação ou a pior de todas?” (CGR: 288).

erudição. Para melhor explorar essas camadas de influência clássica, ainda que sem qualquer pretensão de exaustividade, elenquei as tipologias e respectivos exemplos, juntamente com alguns temas e episódios particularmente relevantes.

1. O latim e a educação

O insistente uso do latim no contexto eclesiástico assenta numa ambiguidade com origem na história: apesar das raízes pagãs, a Igreja Católica, continuadora da herança de Roma, tomou-o como língua oficial, mantendo a literatura latina como recurso essencial na aprendizagem. Aquilino aponta essa aparente inconsistência a propósito do P.^o Inocêncio, ilustre sacerdote da “Roma lusa” e um dos infrutíferos mestres do jovem morgado Telmo, filho do já mencionado miguelista Luís de Azevedo. Inocêncio

era uma barra nas latinidades e passava por ser ele da Câmara Eclesiástica quem redigia a correspondência da Arquidiocese com a Santa Sé no idioma que, para enaltecer a Virgem Mãe, primeiro se apurara a cantar as brincalhotices dos faunos com as ninfas. (CGR: 212)

Esta confusão entre a Virgem Maria e figuras mitológicas sensuais repete, num âmbito mais culto, a convergência entre Santa Justa e a deusa Vénus mencionada anteriormente. Como o excerto também sugere, a proficiência no latim é vista como uma qualidade conferente de *status* aos sacerdotes, pelo menos aos “róseos abades do Minho” (CGR: 201).

Além do P.^o Inocêncio, outros são apontados: “[um Padre-Mestre] poço no latinório e esturrinho” (CGR: 31), ou “o abade de S. Mamede de Ferreira, que pronunciava o latim tão bem que parecia a linfa do português” (CGR: 109). Esta metáfora aparece de novo para caracterizar o “Eutrópio inefável” – ou “Estrópias”, segundo Aniceto do Bento Lado –, autor de eleição para o nível elementar, que os colegas de Telmo Montenegro “trauteavam, assobiavam, sabiam de cor e salteado”: era, pejorativamente, a “linfa chirla da marnota latina” (CGR: 213).

A menção cômica do “esturrinho” acompanha o “Até tomava simonte!” com que o morgado de Lisouros comprovava a erudição do seu mestre de Salamanca. Talvez mais do que as inevitáveis lunetas²¹, o uso de rapé afigura-se um símbolo da intelectualidade sacerdotal e profana, como se verá a propósito das vulcânicas “ventas” do P.^e Inocêncio.

Mas o latim e a gramática – e com eles as “velhas sebatas aristotélicas” que estruturavam os cérebros dos mestres (CGR: 213) – estão também no centro de um debate sobre a “pauta pedagógica” (CGR: 212) usada nas escolas, situado por Aquilino nos anos trinta do século XIX. Na sua origem está a inaptidão, ou falta de apetência, do jovem Telmo de Montenegro para os estudos, aquando da breve e tormentosa frequência do Colégio da Virgem Intemerata, em Braga. Aquilino problematiza a importância do ensino do latim no âmbito da insistência na memorização acéfala e no saber afastado do real, mas não se trata de uma crítica unilateral.

Símbolo de um modelo ultrapassado, porque livresco, fomentador da aceitação passiva e afastado da realidade, a memorização era acolhida sem pestanejar por jovens de classe média – “filhos segundos, filhos de sirgueiros e de um ou outro rico mercador, afilhados dos senhores cónegos” – que precisavam de avançar esta etapa para cursarem na universidade e subirem na vida: “Toda a questão para eles estava nesta habilitação” (CGR: 212-213).

O latim podia, portanto, ajudar no elevador social. No entanto, para um jovem morgado como Telmo de Montenegro, os sacrifícios associados ao seu estudo afiguravam-se completamente inúteis – “Acaso era preciso possuir as regras do solfejo para se saber cantar?” (CGR: 215) –, pois não necessitava de se esforçar por nada; e até ofensivos, pois impunham regras à sua índole caprichosa e

²¹ Note-se que Alexandre, filho de Domingos da Cunha, um talento no latim, renunciou a sua espirotuosidade e sucesso na arquidiocese bracarense – como Monsenhor, arcediogo da Labruja, “má-língua número um da cidade dos Arcebispos” e manejador de influências para defender a família, até perto dos noventa anos (CGR: 155) – ao adotar óculos, “decerto mais por mania”: “uns óculos grandes, que assim era de moda na corte de S. Isidro, muito sapienciais e circunspectos” (CGR: 31).

suscetível, incapaz de cumprir até o horário escolar. Aquilino menciona também as dificuldades de integração de Telmo, devido à sua atitude arrogante, mas também à tolerância com que era tratado em razão do poder da sua posição social. Este poder, além do obsoleto *status* de morgado, incluía a sujeição dos mestres bracarenses, todos eclesiásticos, aos preços da cera fornecida pelo pai adotivo²², Aniceto do Bento Lado, também conhecido por Ladro.

Habituação a levar a sua avante, Telminho acaba expulso do colégio bracarense da Virgem Intemerata pelo enésimo desrespeito aos mestres. Angustiado com a situação, o cirieiro pergunta a Telmo Irzaoz: “Vossa Senhoria há-de-me dizer para onde é que o manda...?”; mas o Hidalgo responde: “Para aquilo que é seu”. O lamento do cirieiro “E fica assim um brutinho...” leva D. Telmo a apresentar a Bento Lado a sua filosofia: “Brutinho?! Os padres transtornaram-lhe o juízo. O meu neto tem ciência cabonde. [...] A verdadeira ciência é a da vida.” O cirieiro aponta-lhe o anacronismo desse pensamento: “Isso foi no tempo em que se dançava a galharda [...]. As coisas mudaram. Hoje um homem vale pelo que é e pelo que impõem as suas qualidades de inteligência. De resto, o saber não ocupa lugar”. Porém, D. Telmo, que frequentara a Universidade de Salamanca e mostra conhecimentos históricos e mitológicos²³, considera que a universidade apenas formava em “burrologia” e dava acesso a “mamadeiras oficiais”, de que o neto não necessitava (CGR: 219-220).

²² O pai biológico é o já mencionado Luís de Azevedo, que acabou por ser morto durante a viagem para assistir à aclamação de D. Miguel. Telmo tinha sido abandonado na roda e depois adotado pelo casal de cirieiros bracarenses, porque era filho da “concubina” Maria Carantonha de Montenegro, filha de D. Telmo de Irzaoz, e havia descendência legítima. Mais tarde, depois de perder o seu herdeiro (filho da primeira mulher, D. Silvana) na tragédia da Ponte das Barcas, Luís consegue descobrir o paradeiro do menino e chegar a um acordo com os pais adotivos. Na sequência da sua morte, a tutela do menino passou para o avô, um pitoresco fidalgo espanhol que, apesar de fino e culto, deixa o neto remeter-se a um quase analfabetismo.

²³ Como se verá a propósito da associação dos chamamentos dos pavões a Cleópatra ou das alusões a Lucrecia e Messalina em conversa com o pintor dos quadros, da galeria dos antigos morgados.

O reforço dado pelo avô sedimenta a natureza do menino Telmo: egoísta, caprichoso e já com propensão para a promiscuidade, com efeitos gravíssimos para os que o rodeiam e para o futuro da Casa Grande, que acabou perdida pelo filho António Telmo, por quem nunca mostrara qualquer desvelo paternal.

Sintomaticamente, o clímax desta disfuncionalidade e degeneração é expresso através da carta macarrónica com que António Telmo reage ao pedido de ajuda do pai: “Tornou-lhe o filho resposta em meia folha de papel de carta, tão crivada de erros, que o próprio pai, impávido analfabeto, se admirava com os seus botões: mas que jerico!” (CGR: 277).

Em contraste com a displicência de Telmo Irzaoz, Domingos da Cunha, nos tempos heroicos da Casa Grande, mostrara-se homem prudente e preocupado com o futuro dos filhos. No seu caso, havia “cinco cachorros” (CGR: 30): o primogénito e “quatro perdigotos” – entre os quais uma menina, “a arvéola”²⁴ Cristina –, que não podiam ficar à mercê das “sopas, magras ou gordas” do irmão mais velho (CGR: 277). Para dar aos três rapazes uma educação que lhes abrisse as portas do Paço e da Igreja, o pai contratou o já referido Padre-Mestre, “poço no latinório e esturrinho”; e um parente afastado, especialista em genealogia e nas prendas exigidas para os tornar jovens nobres “urbanos como alfenins” – o também já mencionado Florêncio da Cunha Beça (CGR: 31). De alma rural e bélica, para Domingos “o supersumo da boa criação estava em jogar as armas a primor e domar com duas gaitadas dos esporins um poldro bravo”. Contudo, mesmo no caso do filho morgado, ele considerava que “saber não ocupa lugar”. Por isso, o jovem Luís de Antas foi submetido ao latim e à “ciência do silogismo”, que lhe pôs “os miolos n’água”. Os outros três varões eram espartíssimos e lançaram-se com sucesso na vida²⁵.

²⁴ As designações dos pequenos filhos de Domingos da Cunha exemplificam a tendência aquilina de aproximar os seres humanos dos animais, em paralelo com a humanização destes, como acontece, por exemplo, com os gaios que protagonizam a perda da bolota que deu origem à mata.

²⁵ Cristina sofreu as consequências das limitações impostas às mulheres e, sem dote apetecível e pretendentes ricos, ficou solteira, contribuindo para a primeira grande tragédia da casa ao proteger o sobrinho Fernando de Mendonça.

Desta forma, a desvalorização do Latim e do princípio de que “o saber não ocupa lugar” por parte de D. Telmo Irzaoz representa um retrocesso com grande influência na ruína da família.

É no contexto dos dois capítulos de temática educacional (o III e o XVI) que aparecem citações latinas de âmbito didático, como (*itálicos em geral meus*): “*hora, horae*” (CGR: 32); “*filia agricolae pulchra est*” (CGR: 32); “*quidam, quaedam, quodam*” (CGR: 211), e até o aproveitamento sofisticado da frase usada nas aulas pelo P.^c Furão – “*Ego sum qui sum*” (CGR: 217) – por parte do menino Telmo, para justificar a sua obstinada rejeição dos estudos.

Abundam e repetem-se expressões ligadas por vezes ao ambiente jurídico, mas também com provável fonte na *Vulgata* ou em obras literárias, tornadas bordões habituais: “*in lato sensu*” (CGR: 51); “*ipso facto*” (CGR: 63); “*in illo tempore*” (CGR: 93); “*pro forma*” (CGR: 118); “*in loco*” (CGR: 120); “*in jure*” (CGR: 137); “*modus vivendi*” (CGR: 155); “*ipso facto*” (CGR: 156); “*pedibus calcantibus*” (CGR: 171); “*manu a manu*” (CGR: 184); “*pro forma*” (CGR: 198); “*quantum satis* do português e do latinório” (CGR: 220); “*mutatis mutandis*” (CGR: 232); “*pro forma*” (CGR: 260); “*mare magnum*” (CGR: 200); “*in mente*” (CGR: 211); e até a designação da cidade de Braga pelo nome latino: “*dignos de Bracara Augusta*” (CGR: 146); “*grande nome de Bracara Augusta*” (CGR: 212). Outras são mais claramente religiosas, como “*grato Deo*” (CGR: 39); “*Agnus Dei*” (CGR: 51); “*orate fratres*” (CGR: 54); “*vita et moribus*” (CGR: 65); “*prima tonsura*” (CGR: 88); “*Flos sanctorum*” (CGR: 95); “*de profundis*” (CGR: 106); “*tantum ergo*” (CGR: 145).

Acresce um conjunto de usos de contexto mais alusivo, como “*Ave, inefável padroeira dos cábulas*” (CGR: 239); “*como boa e previdente domina*” (CGR: 224); e o cómico “[os perus davam-se] ares de *bravi*” (CGR: 188), com que Aquilino dá asas ao seu habitual gosto de descrever, com pormenor e em traços humanos, o comportamento dos animais. É também frequente, quer o uso de palavras latinas como o pronome indefinido *quid* – “*quid magnético*” (CGR: 40); “*quid psíquico*” (CGR: 60); “o *quid* [...] consistia em ter memória” (CGR: 213) –; quer a sua adaptação ao português, nomeadamente com “*quiproquo*” (CGR: 220) e “*quotilique*” (CGR: 226).

Não se mencionam aqui os numerosos latinismos ou cultismos, mais ou menos integrados na língua, exemplificados por “*pulcra* de todo” (CGR: 213); “*célula* [...] naturalmente *seva* e voraz” (CGR: 225); “*câncer* roedor” (CGR: 227); “*libido*” (CGR: 242); “*gérmen*” (CGR: 244); “*vénulas*” (CGR: 248); “*cruor*” (CGR: 257); e mesmo a designação do “colégio da *Virgem Intemerata*” (CGR: 210), que ajudam a compor o riquíssimo mosaico vocabular do autor²⁶.

Especial menção merece a citação ribombante com que um dos cronistas da Casa Grande aporta autoridade à sua “investiva de ordem celestial contra a voluptuosidade”, de que é apresentado “transunto fiel”, ericado de exemplos de ruína causada pela luxúria de próceres, do rei David e dos Césares ao rei Rodrigo. “*Luxuria inquinat; irretit; inviscat; foedera rumpit*” é o primeiro hexâmetro dos *Versus de Luxuria et ejus effectibus* de Santo António de Pádua, desenvolvimento de um lugar-comum de S. Gregório Magno²⁷, citado a propósito da longa relação adúltera de Telmo de Montenegro com a cunhada, Dionísia de Travanca e Ceia (CGR: 266-267).

O exemplo mais notável do uso do latim e da ligação entre Eros e Cristo é a já mencionada ladainha de Santa Justa, proclamada numa das procissões da festa (CGR: 97-98). Aquilino apresenta-a como inscrita num “velho ripanço [...] cuja lição, provavelmente de cunho ariano, sobrevivera aos ritos visigóticos e moçárabes”, mas não foi possível localizá-la. Tais considerações aproximam-na dos tempos iniciais do Cristianismo e da coexistência com os ritos da deusa Vénus. Na lista de invocações ressaltam epítetos de teor sensual, com

²⁶ A nota introdutória é também uma espécie de amostra da riquíssima linguagem aquiliniana, de “plasticidade impressionante combinando o rústico com o erudito”, amiúde lírica e quase sempre permeada por uma ironia mordaz, que no decurso da ação é agilizada pelo discurso indireto livre (Martins s/d).

²⁷ Agradeço ao colega José Carlos Miranda a informação sobre a origem de *Luxuria inquinat*, lugar-comum em listas de vícios e seus efeitos a partir de uma homilia de S. Gregório Magno (Sumo Pontífice entre 3/05/590 e 12/03/604) na Festa da mártir Santa Inês (*Homiliae in Evangelia* 1, 11, 3). Santo António desenvolve o tema no poema *Versus de Luxuria et ejus effectibus* e em seguida fundamenta as palavras nas *Concordantiae Morales* (*Liber* I, 18, p. 630). À semelhança de Santa Justa, salta à vista a contradição entre a vida e obra de Santo António e a imagem de casamenteiro celebrada nas festas lisboetas.

abundante uso de palavras do âmbito semântico do prazer, como *voluptas*, *delectatio*, *gaudium*, *iucunditas*, *dulcedo*, *amoenitas*, *laetitia*, *suavissima*; e dos sentidos, como *oculus* e *tactus*. Em paralelo, *illibata*, *sanctus*, *dealbatus*, *sine labe*, *moris emendatissima*, que parecem em minoria, assinalam a pureza da donzela:

Inupta puella suavissima (Ora pro nobis!);
Tenera caro rastro illibata (Ora pro nobis!);
Rudis et tenuis carina (Ora pro nobis!);
Excelsa unda voluptatis (Ora pro nobis!);
Sinus sanctus dealbatus (Ora pro nobis!);
Columba sine labe peracta (Ora pro nobis!);
Hoedula moris emendatissima (Ora pro nobis!);
Ineluctabilis delectatio (Ora pro nobis!);
Coeli gaudia dierumque laetitia (Ora pro nobis!);
Oculorum et tactus iucunditas (Ora pro nobis!);
Dulcedinis profundum mare (Ora pro nobis!);
Vitae et mortis amenitas (Ora pro nobis!).
 (CGR: 97-98)

2. As alusões

O grosso das marcas clássicas corresponde ao campo alusivo, presente já no recurso à expressão “Todos os caminhos levam (vão dar) a Roma”, e a identificação de Braga como “Roma Lusa”. São vários os âmbitos das alusões, mas, além da dificuldade inerente à definição do conceito, as divisões temáticas revelam-se complexas por coincidirem várias tipologias na mesma situação. Segue-se um agrupamento mais indicativo do que exaustivo, com destaques em itálico.

2.1. Mitológicas

No caso do panteão greco-romano, Aquilino opta normalmente pela designação latina. Notabiliza-se pela quantidade e também variedade a alusão à Guerra de Troia e às personagens homéricas. Por vezes, os nomes mais emblemáticos aparecem como nomes comuns e até verbos, mesmo que se possa suspeitar de gralha (*itálicos meus*): “[o gaio que perdeu a bolota] a conjurar os *deuses* daquele desaforo” (CGR: 12); “carranca de *Medusa*” (CGR: 26); “[coelhos]

mais cómicos que *cupidos* a lançar a frecha” (CGR: 27); “tóxico que a *medusava*” (CGR: 42); “umas devotas de *Vénus*”, “vir pedir-lhes a elas, cristãs de gema, esmola para uma *deusa de paganismo!* [...] a *deusa do impudor!*”, “foram-se a *Vénus* e fizeram-na em cacos”, “gabirus como hoje, obrigando-as deste jeito a sacrificar a *Vénus*” (CGR: 95 ss.); “como *Édipo* para a *Esfinge*” (CGR: 114); “descerrava um ar capitoso e luculento de deusa *Ceres*”, “a *ninfa*”, “olhos [...] pareciam [...] *vacas* que figuravam de *deusas nas religiões mediterrâneas*”, “o que a tornava de *Ceres* em *Palas*” (CGR: 115); “Que *Letes* lhe chamou antigamente”²⁸ (CGR: 116); “D. Silvana portava-se como uma *amazona* que era” (CGR: 117); “A *amazona* tinha esgotado os seus golpes particulares” (CGR: 120); “numa hora ardeu *Troia*” (CGR: 126); “calcanhar de *Aquiles*” (CGR: 141); “tanto se congoçaram *gregos e troianos*” (CGR: 155); “há um *vulcano* formi-

²⁸ A alusão ao mítico rio infernal indutor do esquecimento, cujo nome foi atribuído pelos romanos ao Lima, pertence a uma citação de versos do poeta limiano Diogo Bernardes, feita de cor por D. Silvana de Sousa Meneses. Tal gesto da rústica morgada de Violeiros pretende evocar a afinidade com Luís de Azevedo, criada pela circunstância de o livro de poemas lhe ter sido oferecido pela anterior morgada da Casa Grande, D. Joana Angélica. D. Silvana não é nada literata e conhece os versos apenas porque o seu capelão os recitava constantemente. À citação sucede uma descrição bucólica dos trabalhos agrícolas, onde o narrador destaca “o carro da lavoira, puxado por duas bonitas vacas de galhadura erguida, muito dóceis e patudas” (CGR: 117). Diogo Bernardes já tinha sido mencionado no segundo capítulo para sublinhar a pujança das terras da Casa Grande sob o governo do fundador Gonçalo da Cunha: “Manadas de vacas [...] de galhaduras em lira, mais esbeltas que duas estrofes de Diogo Bernardes, davam amenidade bíblica ao verde anojadiço das veigas” (CGR: 27). Esta presença temporã do poeta e o enquadramento comum – dado para mais o contexto geográfico e cronológico da fundação e desenvolvimento da Casa Grande e o valor essencial atribuído à interação frutífera do Homem com a Natureza – parecem apontar Diogo Bernardes como uma espécie de subtexto do romance aquilino. A menção do poeta acompanha outras feitas por Aquilino a personagens ilustres do Minho, como Gabriel Pereira de Castro ou Manuel Gomes de Lima Bezerra, o que se afigura um detalhe da chamada “cor local”. Contudo, a evidente relevância do poeta aconselha um estudo mais aprofundado da relação entre as sugestivas e líricas descrições de Aquilino e os poemas de Bernardes.

dável” (CGR: 172); “o *automedonte*” (CGR: 172); “verdadeiro templo de *Ceres*” (CGR: 202); “[D. Telmo Irzaoz] todas as manhãs dir-se-ia inspirado pelo travesseiro do velho *Nestor*” (CGR: 203); “primeiro se apurara a cantar as brincalhotices dos *faunos* com as *ninfas*” (CGR: 212); “dessa vez ardeu *Troia*” (CGR: 215); “Telmo era estimado de *gregos e troianos*” (CGR: 228); “[Dionísia] na virtualidade de conquistar o príncipe suspirado com os *pomos das Hespérides* que pertenciam aos outros” (CGR: 228); “Por uma bisbórria [...] se tomam às vezes compromissos destes com *Mercurio*” (CGR: 243); “tornava-lhe a vida um *tântalo*” (CGR: 258); “constelação das *Plêiades*” (CGR: 267); “a noiva não era nenhuma *Helena*” (CGR: 281); “uma bela e prolixa *Górgona*” (CGR: 281).

2.2. Culturais

“cardos [...] flores humildes, por isso mesmo *troféu de vitória*” (CGR: 13); “animal que *Aristóteles* chamava político” (CGR: 15); “mil pernas *maratónicas*” (CGR: 27); “Manadas de vacas [...] de galhaduras em *lira*, mais esbeltas que duas estrofes de Diogo Bernardes” (CGR: 27); “espigueiro bonito que nem *templo grego*” (CGR: 28); “os *poetas do Velho Lácio*” (CGR: 83); “*peplo*” (CGR: 94); “*lábaro*” (CGR: 94); “Assim ou assado, todos os caminhos levam a *Roma*” (CGR: 97); “*luta romana*” (CGR: 114); “[D. Silvana tinha] qualquer coisa de *mítico e legendário*” (CGR: 114); “*hurra homérico*” (CGR: 134); “todos os caminhos iam dar a *Roma*” (CGR: 156); “*pirrónico*” (CGR: 162); “*auriga*” (CGR: 169); “[os pavões a] arrastar a sua capa de asperges de *arcebispo de Bizâncio*” (CGR: 188); “se fossem estúpidos, não teriam os *gregos* escolhido tal ave [o pavão] para figurar no mesmo plano do lado das *divindades*” (CGR: 189); “as legítimas novilhas barrosãs, com as *pontas em lira longas e proporcionadas que nem hexâmetros*” (CGR: 202); “*bizantino* fidalgo” (CGR: 203); “reunidos em *ágape*” (CGR: 204); “as *matronas* consideradas de Braga” (CGR: 204); “deixavam cair em terra as escórias de *Vesúvio* (sobre as “ventas” do P.^e Inocência depois de usar rapé)” (CGR: 212); “velhas sebentas *aristotélicas*” (CGR: 213); “o *Eutrópio* inefável, que os outros trauteavam” (CGR: 213); “tanto lhe vale estudar no tal *Estrópias*” (CGR: 214); “O P.^e Hilarião passava em Braga por um dos *Sete Sábios da Grécia* ressuscitado” (CGR:

217); “tendo calçado *coturno dramático*” (CGR: 219); “meio *alba de sacerdotisa*, meio plumagem de pavão branco armado” (CGR: 225); “*penitológio romano*” (CGR: 225); “*gineceu da pureza*” (CGR: 226); “[pernas] esbeltas *colunas do templo*” (CGR: 229); “[Braga] *Roma lusa*” (CGR: 237); “divertido com a linguagem assaz *pítica* do pai Bento” (CGR: 238); “[o sol com a sua] *dalmática* de oiro fúlgido pendurada na vidraça” (CGR: 237); “*peplo azul*” (CGR: 239); “uns sobrinhos revoltavam à roda daquela *áurea senectude*” (CGR: 239); “A boa velha dormia como uma *cariátide* de altar” (CGR: 253); “como nos tempos *epopeicos* da Casa Grande” (CGR: 259); “as velhas damas [...] sombras *elisianas*” (CGR: 260); “para vos entregardes às babilónicas e loucas *bacanais*” (CGR: 268); “*ágapes*” (CGR: 279); “a guarda *pretoriana* [de António Telmo]” (CGR: 280).

2.3. Históricas

“*Aníbal* face à Campânia tentadora” (CGR: 36); “capaz de *meter as mãos no lume*” (CGR: 56); “vara de *Drácon*” (CGR: 59); “Passou-se essa pouca-vergonha em Sevilha, [...] terra cálida e propícia ao amor, não se sabe a que alturas do séc. III, o século [...] das grandes galgas em nome de Deus” (CGR: 95); “[os pavões dizem “cleô”] a chamar por *Cleópatra*” (CGR: 189); “com o seu bigode à *Vercingétorix*” (CGR: 191); “fero *Artaxerxes*” (CGR: 203); “Não ma faça nenhuma *Messalina*” (CGR: 207); “Não senhor, pintarei uma virtuosa *Lucrecia*, uma *Lucrecia* que rescenda a nardo” (CGR: 207); “capaz de *meter as mãos no lume por ele*” (CGR: 261); “se afundou [...] o Egipto com *Cleópatra*” (CGR: 267); “soverteram [sic] em sangue e nojeira *Roma com os Césares dissolutos*” (CGR: 267).

3. Um episódio entre o cómico e o trágico: D. Silvana, a deusa mediterrânica²⁹

Silvana de Sousa Meneses é uma riquíssima morgada solteirona, dedicada aos trabalhos agrícolas, com quem Luís de Azevedo, recém-instalado em Romarigães como herdeiro já quarentão, tenta consorciar-se para recuperar a Casa Grande da ruína. Desde o princípio que Aquilino compõe uma imagem mítica da senhora, com traços de deusa homérica ou sacerdotisa cretense e um nome evocador das divindades silvestres: tinha “olhos espantadiços, tão grandes que pareciam os olhos das vacas que figuravam nas religiões mediterrâneas”, e uma compleição “rija e bem musculada” merecedora da identificação repetida com as guerreiras amazonas. Graças ao azedume dos vários pretendentes rejeitados, a morgada adquirira a imerecida alcunha de “Triste-Feia” e a desagradável reputação de “virago” que alegadamente consumia rapé “como um cónego de Braga”, e “cálices de cachaça” para mata-bicho (CGR: 113). Na origem destes epítetos caluniosos estava uma peculiar exigência, que trouxera humilhação a bastantes fidalgos das redondezas: “Quem houvesse de cometê-la para casamento, teria primeiro de passar por uma prova de força [normalmente luta romana] e derrotá-la”, “certame” que tinha “qualquer coisa de mítico e legendário” (CGR: 114). Assim, mesmo sem a menção de nomes, Silvana evoca figuras mitológicas como Atalanta e até Tétis, a relutante esposa de Peleu, mas Aquilino menciona outras, como Ceres (ao trabalhar na eira), Palas (ao mostrar a sua subtil impaciência com a visita de Luís de Azevedo) e a mais genérica “ninfá” – ou não fosse chamada Silvana.

O morgado de Romarigães, que viera corajosamente para junto dela “como *Édipo* para a *Esfinge*” (CGR: 114), causou boa impressão ao ajudar a carregar os pesados sacos de milho que ela enchia, e foi de imediato desafiado para a usual competição de luta. O contacto físico próximo revelou afinal uma “bela fêmea de carnação indeformável” (CGR: 119), e a superioridade física de Luís foi aceite

²⁹ Aquilino dedica a este episódio todo o breve capítulo XII, pp. 112-123. Assinala-se que as genealogias oficiais não mencionam esta senhora.

desportivamente pela morgada, que murmurou: “Sim senhor, o primo é homem para mim” (CGR: 120). Logo outras qualidades se revelaram, compondo um modelo feminino bastante greco-latino: além da beleza, da simplicidade e da indústria, este “querubim” era “mulher de poucas falas”, mas capaz de dar atenção às histórias do futuro marido (CGR: 120). Alguns meses de namoro rústico, com troca de receitas de boticário e comidas suculentas, culminaram numa festa de casamento à imagem de uma romaria popular, com festa rija e as habituais cabeças rachadas (CGR: 121).

Depois de uma década de felicidade, em que Silvana se mostrara “meiga e macia como o veludo” (CGR: 122) e de que resultaram dois filhos, a desgraça aconteceu: a morgada acaba morta por uma vaca, na sequência de uma temeridade com o seu quê de *hybris*, deixando o viúvo inconsolável e dois filhos que também desaparecerão na infância.

Ao longo deste pequeno e nada exaustivo estudo, creio ter ficado evidenciado o quão relevante é a herança clássica na obra *A Casa Grande de Romarigães*, que constitui um exemplo notável do modo como Aquilino integrou e aproveitou esse património na construção do seu universo ficcional.

Mais do que resultado do gosto e considerável saber de Aquilino, a insistente presença greco-latina – nas suas múltiplas facetas – é o meio ideal para representar, através de uma surpreendente mescla do pagão e do cristão, a sua peculiar visão da relação do ser humano consigo e com a natureza. O contexto histórico, geográfico e social do percurso dos morgados da Quinta da Senhora do Amparo fornece também o enquadramento lógico para a irrupção do latim escolar e eclesiástico e para a invocação do bucolismo ameno de Diogo Bernardes, herdeiro dos “poetas do velho Lácio”. Além dessas vertentes, o labiríntico fluxo e refluxo da Casa Grande e seus habitantes humanos, animais e vegetais é ilustrado e enriquecido por algumas constantes aquilinianas, como as alusões troianas e romanas, e a exploração, mais ou menos metafórica, de figuras e relatos mitológicos, evocados desde o Mediterrâneo ancestral a par da perene e poderosamente simbólica Senhora do Amparo.

A cultura clássica é, assim, essencial na construção do clima trágico, cómico, lírico e até épico, que permeia e individualiza este original romance histórico.

Bibliografia

- Lima, Maria Ribeiro Machado Pedroso de (2016). *A Casa Grande de Romarigães. Um contributo histórico e arquitectónico*. Universidade de Évora: Dissertação de Mestrado.
- Lourenço, Eduardo (1987). “Aquilino, ou Eros e Cristo”. *Colóquio/Letras* 100: 60-69.
- Martins, Serafina (2006). “A seda da linguagem – Sobre o discurso dos afectos em Aquilino Ribeiro”. In *Derivas 2006*, coord. António M. Ferreira e Paulo Alexandre Pereira. Aveiro: Ed. Universidade de Aveiro, pp. 31-42.
- ___ (s/d). “Aquilino Ribeiro”. In Centro Virtual Camões. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/aquilino-ribeiro-39117.html#.X1IWK3lKjIU> (acedido a 15/01/2022).
- Mateus, Isabel Cristina (2009). “A Casa Grande de Romarigães: História e (re)escrita da história (uma leitura pós-moderna)”. In *Voltar a ler: Aquilino Ribeiro*, coord. António M. Ferreira e Paulo Neto. Aveiro: Ed. Universidade de Aveiro, pp. 43-72.
- Ribeiro, Aquilino (1983). *A Casa Grande de Romarigães*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rodrigues, Isabel Cristina (2009). “Teoria geral dos castanheiros: A Casa Grande de Romarigães, de Aquilino Ribeiro”. In *Voltar a ler: Aquilino Ribeiro*, coord. António M. Ferreira e Paulo Neto. Aveiro: Ed. Universidade de Aveiro, pp. 31-42.
- Sancti Francisci Assisiatis, et Sancti Antonii Paduani Opera omnia, Opera & labore R. P. Ioannis de La Haye. Lugduni: Petri Rigaud, in via Mercatoria* (1653). Disponível em https://books.google.pt/books?id=6bE22R_uSYC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=one-page&q&f=false (acedido a 16/01/2022).
- Seixo, Maria Alzira (1985). “O exaltante poder. Relendo *Terras do Demo* e *A Casa Grande de Romarigães*”. *Colóquio/Letras* 85: 22-31.
- ___ (1999). “Uma especiosa réstia de alhos”. In *Escrever a casa portuguesa*, org. Jorge Fernandes da Silveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 109-123.